
O desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita

Douglas Orestes Franzen*
Paulo Ricardo Bavaresco**

Resumo

No debate contemporâneo sobre desenvolvimento, analisa-se o crescimento socioeconômico dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita no Extremo-Oeste catarinense para verificar se com a emancipação político-administrativa, essas localidades contemplam um desenvolvimento sustentável. Este estudo teve como objetivos analisar o desenvolvimento socioeconômico por meio do resgate histórico; verificar a arrecadação dos impostos, os gastos com funcionalismo público, a distribuição da renda, o panorama dos investimentos realizados em infra-estrutura e, também, observar o desenvolvimento dos municípios no contexto do Desenvolvimento Sustentável. Este artigo é baseado em uma pesquisa qualitativa e quantitativa com análise de dados adquiridos por intermédio de depoimentos de história oral, arquivos documentais e dados de instituições governamentais e não-governamentais. A emancipação dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita realmente trouxe avanços significativos para a qualidade de vida de seus habitantes. Muitos recursos são gastos para manter a máquina administrativa, o que é um problema para pequenos municípios dependentes de recursos externos e, dessa forma, estão impossibilitados de construir um desenvolvimento sustentável. É inviável promover a emancipação de localidades que não tenham infra-estrutura, população considerável e um amplo setor produtivo em virtude da dificuldade de gerar recursos para garantir qualidade de vida. Bandeirante e Barra Bonita procuram incentivar a instalação de empresas geradoras de tributos, porém expõem os agricultores às instabilidades do mercado promovendo a diminuição da renda, o êxodo rural e a desintegração da cultura regional. Assim, possuem dificuldades em se desenvolver com sustentabilidade, com pouca geração de recursos financeiros, amplos gastos para manter a máquina administrativa e suprir os investimentos culturais e ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Cultura. Regionalidade.

* Graduado em História pela Unoesc *Campus* de São Miguel do Oeste; professor da rede estadual de ensino de Santa Catarina; douglas_franzen@yahoo.com.br

** Mestre em Desenvolvimento Regional e professor da Unoesc; paulo@unoescsmo.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, cresce o debate sobre a necessidade da humanidade construir um novo conceito de desenvolvimento que ultrapasse a simples concepção econômica, englobe o respeito à diversidade cultural e regional, contemple as limitações do meio ambiente e almeje, dessa forma, o Desenvolvimento Integrado Local Sustentável. Esse debate ocorre como uma espécie de ilação da longa trajetória histórica da humanidade, num momento em que convivemos com sérios problemas ambientais, conflitos inter-raciais e uma desigualdade social expressiva.

Nessa perspectiva, a discussão acerca do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita procura ressaltar essencialmente esse foco do desenvolvimento e toda gama de fatores e efeitos que ele acarreta. Em que medida dois pequenos municípios conseguem se desenvolver num mundo globalizado, gerando qualidade de vida a seus habitantes? A grande problemática no momento em que uma comunidade almeja a emancipação político-administrativa é alcançar o desenvolvimento. Esta análise, portanto, procura compreender essa questão, enfocando aspectos como geração e distribuição de renda, capacidade de investimentos, respeito ao meio ambiente e a cultura e, dessa forma, constatar se a emancipação político-administrativa desses municípios realmente consegue gerar desenvolvimento e qualidade de vida.

Segundo estimativa do IBGE (2005), Bandeirante tinha 2.839 habitantes e Barra Bonita, 1.977 habitantes; ambos os municípios pertencem à Associação dos Municípios do Extremo-Oeste catarinense (Ameosc) e contam com uma base econômica fundamentada na pequena propriedade rural. São os dois municípios mais jovens do Extremo-Oeste do estado, tendo sua emancipação de São Miguel do Oeste em 1995.

Com o objetivo principal de analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita, por meio do resgate histórico, será verificada a arrecadação dos impostos pe-

las prefeituras desses municípios e os gastos com funcionalismo público; contempla-se a distribuição de renda da população; apresenta-se um panorama dos investimentos realizados em infra-estrutura e, também, observa-se o desenvolvimento dos municípios no contexto do Desenvolvimento Integrado Local Sustentável.

2 CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E OS MUNICÍPIOS DE BANDEIRANTE E BARRA BONITA

Na atualidade, é intenso o debate acerca da necessidade da humanidade construir um novo conceito de desenvolvimento que ultrapasse a simples concepção econômica e englobe o respeito à diversidade cultural e regional, e ainda, contemple as limitações do meio ambiente e almeje, dessa forma, o Desenvolvimento Local Sustentável. Esse debate ocorre como uma espécie de ilação da longa trajetória histórica da humanidade, num momento em que convivemos com sérios problemas ambientais, conflitos inter-raciais e uma desigualdade social expressiva. Conforme Cuéllar (1997, p. 22),

[...] o desenvolvimento humano, refere-se ao indivíduo considerado ao mesmo tempo, objetivo último do desenvolvimento e um dos seus mais importantes instrumentos e meios [...] É justamente a cultura que as conecta entre si, tornando possível o desenvolvimento de cada indivíduo. Da mesma forma, é também a cultura que define como as pessoas se relacionam com a natureza e com o meio ambiente físico, com a Terra e com o cosmos, e como expressam suas atitudes e suas opiniões sobre as formas de vida animal e vegetal.

Por isso, esta análise está baseada em dados socioculturais e econômicos, sendo que o aspecto cultural não deve ser um fator que sustente outro objetivo – o econômico, por exemplo. De fato, o desenvolvimento de uma sociedade depende de fatores econômicos e políticos, mas é o aspecto sociocultural que irá caracterizar determinada sociedade:

Quando superamos nossa visão do papel puramente instrumental da cultura, e tivermos reconhecido seu papel construtivo, constitutivo e criativo, teremos de pensar o desenvolvimento em termos que englobem o crescimento cultural. (CUÉLLAR, 1997, p. 34).

Segundo estimativas do IBGE, para o ano de 2005, Bandeirante contava 2.839 habitantes e Barra Bonita, 1.977 habitantes; ambos pertencem à Associação dos Municípios do Extremo-Oeste catarinense (Ameosc) e contam com uma base econômica fundamentada na pequena propriedade rural. São os dois municípios mais jovens do Extremo-Oeste do estado, tendo sua emancipação de São Miguel do Oeste em 1995.

Assim, para compreender a realidade sociocultural dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita, é preciso lembrar como aconteceu a ocupação desse espaço. A formação desses dois municípios, assim como em grande parte do Extremo-Oeste catarinense, caracteriza-se pela pequena propriedade rural, sustentada na policultura, com fortes relações comunitárias. Muitos desses valores culturais foram perdendo espaço com o processo de modernização da atividade agrícola, a partir da década de 1960. Em contrapartida, os dois municípios com características de localidade interiorana ainda guardam fortes tradições e valores da agricultura familiar e do espírito comunitário.

Strieder (2000) afirma que não resta alternativa ao trabalhador agrícola senão ingressar no modelo de produção baseado na integração entre agricultor e agroindústria, pois, do contrário, será gradativamente empurrado para a margem dos processos produtivos. Todo o Oeste catarinense representa o maior pólo agroindustrial da América Latina, e nos municípios de Bandeirante e Barra Bonita, a atividade leiteira possui maior destaque.

A realidade que se encontra na prática da agricultura é a de que se convive com um verdadeiro paradoxo. Em reportagem de 8 de agosto de 2005, o Diário Catarinense expôs as potencialidades de todos os municípios do Oeste catarinense, quando exaltou o potencial agroindustrial dessa região, tomando como base os excelentes resultados da sua produção agroindustrial.

Em contrapartida, um jornal local exibiu como reportagem de capa a difícil situação dos produtores de leite do Extremo-Oeste catarinense.

À beira do desespero [...] os agricultores estão praticamente trabalhando no vermelho [...] A atividade é responsável por manter muitas famílias no interior e se esse cenário não mudar logo, o êxodo rural tende a aumentar. (BOVINOCULTURA..., 2005, p. 11).

A atividade leiteira, muito prejudicada pela concorrência de preço dos produtos lácteos vindos da Argentina, sofre com o excesso de produção, de modo que o produtor rural é diretamente afetado pelo baixo preço pago pelas agroindústrias.

Essa é uma realidade dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita: uma produção agrícola forte, mas muito vulnerável às oscilações do mercado, fazendo com que essa atividade se torne instável e com pouco rendimento. Isso compromete a perspectiva dos produtores rurais, e quando a agricultura atravessa uma crise, todos os outros setores são danificados. O déficit populacional é uma grande consequência dessa realidade; é um problema que atinge grande parte dos municípios do Oeste catarinense. A alternativa, geralmente encontrada para reverter essa situação, é promover a instalação de mais agroindústrias, com o intuito de gerar empregos e renda à população. Por outro lado, se não houver uma política voltada para o pequeno produtor, e não para a produção exposta à instabilidade do mercado, os resultados não serão satisfatórios.

Dados do IBGE demonstram que, no ano de 1991, Barra Bonita contava com 2.361 habitantes, e em 2002, a população baixou para 2.071 habitantes. Bandeirante, no ano de 1991, tinha 3.542 habitantes, e em 2002, residiam no município 3.064 habitantes. Esses dados reforçam a necessidade de uma política social voltada, acima de tudo, aos pequenos produtores rurais da região; isso porque a queda da população rural é muito maior do que a urbana. Por isso, além de existir um déficit populacional, há um típico caso de êxodo rural.

Um levantamento do Instituto Cepa/Epagri conclui que, no período de 2000 a 2003, a grande

maioria dos agricultores que migraram para os centros urbanos tinha de 20 a 39 anos. Ou seja, a maioria dos migrantes está na idade ativa de trabalho, os quais migram para as cidades em busca de um trabalho que proporcione maior renda. Essa realidade é agravada pela ausência de lazer nesses municípios, pela falta de perspectivas de um futuro profissional e oportunidades para cursar um ensino superior.

3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O IDH foi criado para medir o índice de desenvolvimento humano de países, estados e municípios a partir de indicadores como educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quando o IDH alcança o índice de até 0,499 é considerado desenvolvimento humano baixo, com índices entre 0,500 e 0,799 é considerado desenvolvimento humano médio, e com índices maiores de 0,800 é considerado desenvolvimento humano alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano nos dois municípios focos desta análise aumentou em dez anos, mas continua abaixo da média do estado de Santa Catarina. Analisou-se o coeficiente de IDH do município de São Miguel do Oeste, porque Bandeirante e Barra Bonita pertenceram a essa localidade até o ano de 1995.

No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de Bandeirante cresceu 15,21%. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a renda, com 42,4%, seguida pela Educação, com 35,8%, e pela Longevidade, com 21,9%. Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o

limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 30,1%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH, o município levaria 11,2 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com melhor IDH do Brasil (0,919) e 8,2 anos para alcançar Florianópolis (SC), o município com melhor IDH do estado (0,875), conforme os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de Barra Bonita cresceu 13,78%. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento humano foi a Educação, com 41,3%, seguida pela renda, com 38,7% e pela longevidade, com 19,9%. Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 25,9%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH, o município levaria 14,3 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), e 11 anos para alcançar Florianópolis (SC).

Fato curioso é analisar o desenvolvimento humano do município de São Miguel do Oeste. No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de São Miguel do Oeste cresceu 10,41%, abaixo dos índices de crescimento de Bandeirante e Barra Bonita. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a longevidade, com 36,7%, seguida pela educação, com 33,3%, e pela renda, com 30%. São Miguel do Oeste possui um Índice de Desenvolvimento Humano melhor que a média do estado de Santa Catarina.

De fato, em Bandeirante e Barra Bonita, a dimensão que influenciou bastante no IDH foi a renda, em contrapartida, em São Miguel do Oeste o fator renda foi o que menos contribuiu. Com a criação dos municípios, surgiram várias atividades profissionais vinculadas ao funcionalismo público, o que fez com que a renda *per capita* dos novos municípios aumentasse. Nos municípios, surgiram inúmeros postos de trabalho no setor burocrático da administração e na

Tabela 1: Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano de Bandeirante, Barra Bonita, São Miguel do Oeste e estado de Santa Catarina

Municípios / estado	IDH municipal em 1991	IDH municipal em 2000
Bandeirante	0,664	0,765
Barra Bonita	0,653	0,743
São Miguel do Oeste	0,759	0,838
Santa Catarina	0,748	0,822

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

prestação de serviços. No entanto, a concentração de renda em Bandeirante e Barra Bonita cresceu mais na última década do século XX, além do percentual de rendimentos provenientes de transferências governamentais, que foi maior em Bandeirante e Barra Bonita.

Para compreender o IDH de Bandeirante e Barra Bonita, serão analisados todos os fatores que influenciam nesse dado, como a educação, a longevidade e a renda. Mas, alerta-se para o fato de que simplesmente os números estipulados pelo IDH não significam, necessariamente, qualidade de vida. Em relação ao caso da renda *per capita*, por exemplo, divide-se o Produto Interno Bruto do município pela quantidade de habitantes. Por outro lado, a maneira que, na realidade, acontece essa distribuição da renda por habitante é um valor bem diferente do estipulado. O IDH serve para basear uma provável qualidade de vida, mas nem sempre corresponde à realidade.

3.1 EDUCAÇÃO

A educação é um dos investimentos essenciais para garantir qualidade de vida à população. A prática educativa conscientiza os habitantes de determinado grupo acerca da cultura social, da atividade profissional, da prática cidadã e

[...] tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo a abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. (AGENDA 21, 1991, p. 533).

Contudo, em Bandeirante e Barra Bonita é recente a preocupação em promover uma educação de qualidade para os habitantes dessas regiões. Nas primeiras décadas, havia grande interesse em abrir escolas para as crianças. Contudo, estas escolas eram precárias fisicamente, os professores, de maneira geral, não tinham formação adequada, além dos alunos trabalharem na agricultura. Assim, grande parte das crianças possuía escolaridade muito baixa.

Percebe-se que, no ano de 2000, é maior o período em que as crianças e adolescentes passam na escola. Isso se deve à necessidade do mercado e da própria sociedade, que exigem pessoas com nível de conhecimento e de escolaridade maior. Além do mais, ficou mais fácil para as crianças freqüentarem a escola por inúmeros incentivos, como o controle do trabalho infantil, o transporte escolar e as bolsas de estudo.

Em contrapartida, o número de pessoas que tem acesso a curso superior na faixa de 18 a 24 anos não cresceu de forma significativa, principalmente em Bandeirante. Na maioria dos casos, as pessoas não cursam ensino superior em virtude da baixa renda que possuem. Além do mais, a cultura das pessoas que trabalham na agricultura torna desnecessário o desejo de cursar uma universidade. Essa realidade acontece porque o curso superior é visto, inicialmente, como a possibilidade de conseguir trabalho e renda, e não numa perspectiva de crescimento pessoal e intelectual.

Tabela 2: Demonstrativo de escolaridade nos municípios de Bandeirante e Barra Bonita

Municípios	7 a 14 anos na escola - 1991 (%)	7 a 14 anos na escola - 2000 (%)	10 a 14 anos com menos de 4 anos de estudo - 1991 (%)	10 a 14 anos com menos de 4 anos de estudo - 2000 (%)
Bandeirante	86,25	96,75	56,1	28,97
Barra Bonita	83,76	96,96	51,48	28,14

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Tabela 3: Índices de analfabetismo e de acesso ao ensino superior nos municípios de Bandeirante e Barra Bonita

Municípios	Pessoas com 15 anos ou mais analfabetas - 1991 (%)	Pessoas com 15 anos ou mais analfabetas - 2000 (%)	Pessoas entre 18 e 24 anos com acesso a curso superior - 1991 (%)	Pessoas entre 18 e 24 anos com acesso a curso superior - 2000 (%)
Bandeirante	18,21	12,6	0,04	0,15
Barra Bonita	16,58	12,58	0,04	4,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

3.2 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

A expectativa de vida ao nascer é determinada por diversos fatores, como a saúde, o lazer e o trabalho. Esse dado é muito importante para revelar o grau de qualidade de vida dos cidadãos de Bandeirante e Barra Bonita. Quanto mais qualidade de vida a pessoa tem, provavelmente maior será a sua expectativa de vida.

Destaca-se que Barra Bonita possui índices inferiores aos do estado de Santa Catarina. Contudo, os índices melhoraram na última década do século XX pelos investimentos em campanhas de prevenção de doenças, melhorias nas condições de vida e de trabalho.

Isso se reflete diretamente na estrutura etária da sociedade. Com a diminuição da quantidade de filhos por família, o número de pessoas idosas aumentou consideravelmente. Em Barra Bonita, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, no ano de 1991, 87 pessoas tinham 65 anos ou mais; em 2000, 146 pessoas eram idosas. Em Bandeirante, em 1991, 131 pessoas tinham 65 anos ou mais de idade; em 2000, eram 232 pessoas. Esses idosos, na maioria das famílias, significam uma considerável renda por meio da aposentadoria. A conquista de melhores índices na expectativa de vida é uma consequência direta dos investimentos em saúde e saneamento básico, como tratamentos médicos e medicamentos, rede hospitalar e profissionais.

Os municípios de Bandeirante e Barra Bonita investem muito mais em saúde do que o município de São Miguel do Oeste. Contudo, é importante destacar que os dois municípios possuem pouca estrutura, como hospitais, leitos hospitalares, equipamentos

e profissionais. Por isso, o investimento é muito alto para atender aos pacientes que precisam se deslocar para centros maiores, como Chapecó e Florianópolis, em busca de tratamentos e estrutura física que não existem nos seus municípios. Essa é uma realidade da maioria dos pequenos municípios do Extremo-Oeste catarinense.

3.3 RENDA PER CAPITA

A renda *per capita* é um dado que, se não for bem analisado, pode demonstrar uma situação que não condiz com a realidade. A renda *per capita* é adquirida dividindo-se o Produto Interno Bruto (PIB) do município, ou seja, a soma de todas as riquezas produzidas pela quantidade de habitantes. O valor obtido com essa operação matemática é a média geral de riqueza apropriada por cada cidadão.

Em contrapartida, na realidade, a renda per capita não demonstra a desigualdade na distribuição dessa renda. Por exemplo, pode-se ter o caso de uma pessoa possuir toda a riqueza de duas ou três pessoas juntas.

Em resumo, desenvolvimento representa antes de tudo acesso a oportunidades de crescimento e realização pessoal. Melhoria da renda é, portanto, um elemento fundamental para o desenvolvimento humano, mas não o suficiente. (BROSE, 2000, p. 50).

Conforme Tabela 5, percebe-se que a renda *per capita* dos dois municípios aumentou consideravelmente na última década do século XX. Como a

Tabela 4: Comparativo da esperança de vida ao nascer e da mortalidade até cinco anos de idade em Bandeirante, Barra Bonita e no estado de Santa Catarina

Municípios / estado	Esperança de vida ao nascer (1991)	Esperança de vida ao nascer (2000)	Mortalidade até 5 anos de idade (1991)	Mortalidade até 5 anos de idade (2000)
Bandeirante	70,81	74,76	22,9	14,11
Barra Bonita	68,24	71,51	30,33	21,79
Santa Catarina	70,16	73,69	25,11	16,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Tabela 5: Renda *per capita* nos municípios de Bandeirante, Barra Bonita e São Miguel do Oeste

Municípios	Renda <i>per capita</i> – 1991 (R\$)	Renda <i>per capita</i> – 2000 (R\$)
Bandeirante	74,76	160,86
Barra Bonita	79,64	149,95
São Miguel do Oeste	198,49	303,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

economia sustenta-se na agricultura, conclui-se que a produção aumentou nesse período. Contudo, a quantidade de riqueza que fica nas mãos do produtor rural é muito pequena, pois grande parte da riqueza produzida fica em posse das agroindústrias, grandes beneficiárias do potencial agrícola da região. É o caso de São Miguel do Oeste, um dos poucos municípios da região em que a renda dos cidadãos não é exclusivamente proveniente da atividade agrícola.

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero (0) a um (1). O valor zero (0) representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (1) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com índice de 0,576.

A Tabela 6 demonstra que o percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e os 20% mais ricos é alarmante. Em Bandeirante, os 20% mais pobres perderam participação na renda na década de 1990 (regrediram de 5,32% a 1,93%). Em contrapartida, os 20% mais ricos concentraram ainda mais a riqueza produzida em Bandeirante. Isso refletiu-se diretamente no índice de Gini, que passou, no ano de 2000, a ser maior do que a média nacional (0,56).

Em Barra Bonita, a riqueza apropriada pelos 20% mais ricos diminuiu, passando de 59,7%, em 1991 a 43,54%, em 2000. Além do mais, os 20% mais pobres tiveram mais participação na distribuição da renda. O município está distribuindo melhor sua renda e, dessa forma, alcançando índices mais satisfatórios.

Esses dados realmente são alarmantes, afinal, os catarinenses sempre foram levados a acreditar no seu potencial de desenvolvimento. O estado de Santa Catarina, considerado modelo nacional, que possui na figura do migrante empreendedor o seu símbolo de progresso e produtividade, apresenta uma realidade social catastrófica. Conforme Lenzi (2000, p. 84):

Não podemos, portanto nos equivocar, pois todas as teorias do desenvolvimento só se tornaram legítimas, quando deram por certa a possibilidade de tal generalização. Disso se depreende que todas aquelas fases definidas, que se acreditava estarem por ocorrer em cada país, são hoje ilusórias. Também se mostra o caráter ideológico dos discursos desenvolvimentistas, que propuseram a todos o que efetivamente só pode ser dado a poucos.

No exemplo citado anteriormente, quando a região Oeste é considerada o maior pólo agroindustrial da América Latina e as cifras de produção batem recordes a cada colheita, existe a contradição do pequeno produtor, que exposto às instabilidades do mercado, sofre com prejuízos, o que dificulta a vida no campo. Tal realidade foi analisada por meio de dados de concentração de renda, expostos anteriormente.

Não é de surpreender que, num mundo, que tem nos mecanismos de mercado os principais mecanismos para a consecução do desenvolvimento, os especialistas econômicos se tornaram as grandes vedetes e profetas do futuro. A redução da dinâmica das mudanças da sociedade a fatores de ordem econômica, o que se fez ao preço de uma arrogância em relação as ciências humanas parece reduzir assim a discussão das necessidades do homem à necessidade do aumento incessante da produtividade. (LENZI, 2000, p. 85).

Tabela 6: Índices de concentração de renda nos municípios de Bandeirante, Barra Bonita e São Miguel do Oeste

Municípios	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos, 2000
Bandeirante	0,51	0,62	5,32	1,93	53,8	69,38
Barra Bonita	0,53	0,48	3,4	5,79	59,7	43,54
São Miguel do Oeste	0,53	0,51	3,35	4,02	57,15	56,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Apesar dos índices de pobreza terem diminuído na década de 1990, os dados citados na Tabela 7 ainda são alarmantes pelo fato de que, em municípios extremamente agrícolas, algo em torno da metade da população vive com uma renda abaixo de R\$ 75,00. Essa situação reflete-se, essencialmente, na base fundiária do Brasil, país recordista mundial em produção de alimentos, mas que demonstra graves problemas de nutrição, geração de renda e desigualdade social, principalmente no campo.

Segundo dado do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, em Bandeirante e Barra Bonita, aumentou a renda oriunda das transferências governamentais no período de 1991 a 2000, sendo que diminuiu a renda proveniente do trabalho direto dos cidadãos. Isso porque a política de assistência social aumentou na década de 1990: programas de Bolsa Escola, Bolsa Família, Vale Gás. O aumento do percentual de pessoas que vivem com recursos advindos das transferências governamentais aumentou consideravelmente em todo o Extremo-Oeste catarinense. Em Bandeirante, no ano de 1991, 3,76% da população vivia com mais de 50% de sua renda proveniente das transferências governamentais. No ano de 2000,

esse percentual subiu para 17,48%, o maior índice da região. Já em Barra Bonita, em 1991, 3,33% da população possuía mais de 50% da renda oriunda de transferências governamentais. Em 2000, esse índice subiu para 10,86%.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, produzido pelo PNUD, também revela um fator interessante. No ano de 1991, 78,7% das crianças de Bandeirante, moravam em famílias que possuíam uma renda mensal inferior a meio salário mínimo. Em 2000, esse percentual baixou para 64,9%. Já em Barra Bonita, no ano de 1991, eram 75,6%, e no ano de 2000, 48,5% das crianças moravam com famílias com uma renda inferior a meio salário mínimo.

Fatores básicos de qualidade de vida, como água encanada e acesso à energia elétrica, tiveram um aumento considerável na década de 1990. Nas propriedades rurais, muitos domicílios ainda não têm água encanada, esta, geralmente, é retirada de um poço na propriedade da família. Esses poços estão expostos ao uso de agrotóxicos na lavoura e dejetos de suínos, além de pouco cuidado das nascentes e fontes de rios.

Tabela 7: Índices de Pobreza nos municípios de Bandeirante, Barra Bonita e São Miguel do Oeste

Municípios	Intensidade da pobreza (1991)	Intensidade da pobreza (2000)	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,00 (1991)	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,00 (2000)
Bandeirante	52,73	48,79	73,48	50,13
Barra Bonita	53,55	39,22	68,83	35,82
São Miguel do Oeste	41,63	34,44	31,37	14,86

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Tabela 8: Condições de moradia dos habitantes de Bandeirante e Barra Bonita

Municípios	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada (1991)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada (2000)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira (1991)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira (2000)
Bandeirante	49,94	59,53	71,77	83,19
Barra Bonita	56,66	61,9	71,04	91,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Tabela 9: Acesso à tecnologia nos domicílios de Bandeirante e Barra Bonita

Municípios	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador (2000)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro (2000)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone (1991)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone (2000)
Bandeirante	1,29	30,76	1,35	6,16
Barra Bonita	1,24	36,58	1,52	10,08

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).

Para que um município possa oferecer condições mínimas de um desenvolvimento calcado na geração de renda, implantação de empresas e produção, é preciso existir uma estrutura baseada em instalações de telefonia e acesso da população a tecnologias, como a informática.

4 O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

A grande questão que se coloca, ao analisar o desenvolvimento socioeconômico de dois jovens municípios como Bandeirante e Barra Bonita, é se realmente a emancipação trouxe todos os aspectos inerentes ao conceito de desenvolvimento, como qualidade de vida, desenvolvimento econômico e político.

O discurso que se encontra em jornais e revistas da época em que os dois municípios pleitearam sua emancipação é o de que essa iniciativa iria trazer o verdadeiro progresso para ambas as localidades. Contudo, vale ressaltar que a emancipação abarca uma ampla gama burocrática, com a formação de inúmeros cargos públicos, os quais absorvem uma grande parcela dos recursos disponíveis para a administração municipal. Por isso, cabe questionar: quem são os verdadeiros beneficiados com a emancipação? É a sociedade de maneira geral, ou é um pequeno grupo social preocupado com a criação de cargos vinculados a interesses políticos?

A Receita Municipal de Bandeirante e Barra Bonita demonstra a realidade em que vivem os pequenos municípios e a dificuldade que eles encontram, a

fim de arrecadar fundos para investimentos. A estrutura econômica está pautada na pequena propriedade agrícola, e o retorno financeiro para a administração municipal é muito dependente de valores repassados pelo Governo Federal, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Analisa-se que no ano de 1998, 94,4% da receita de Barra Bonita advinha de repasses do governo federal e estadual, enquanto que os valores resultantes de tributos somavam 0,9%. Já em 2002, 84,6% da receita do município dependia ainda de repasses, como o Fundo de Participação dos Municípios, enquanto a receita tributária subiu para 2% naquele ano. Isso é uma consequência direta da urbanização e do aumento do valor cobrado sobre o IPTU, o aumento do Imposto de Renda Retido na Fonte, decorrente do aumento da renda *per capita*, além do aumento de receita na cobrança de outros tributos municipais. Contudo, a receita total, que é a soma repassada pela agricultura, indústria, serviços, alienação de bens e pelas transferências de capital aumentou consideravelmente nos últimos anos.

No ano de 1998, 96,7% da receita do Município de Barra Bonita dependia dos repasses do governo federal e estadual, e somente 0,5% da receita resultava de recursos tributários municipais. Em 2002, 83,3% da receita municipal dependia de recursos, como o FPM e o ICMS, vindos dos governos federal e estadual. Contudo, aumentaram os tributos no ano de 2002, passando para 1,7% da receita total do município. Assim como em Bandeirante,

Tabela 10: Fonte de Receita do município de Bandeirante

Bandeirante	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
Receita Tributária (IPTU, ISS e outros)	15.215,08	23.465,50	21.402,48	30.586,10	61.289,58
Transferências correntes (ICMS, FPM)	1.552.207,80	1.811.589,46	2.015.491,46	2.392.891,69	2.532.764,35
Total	1.643.910,74	1.901.307,05	2.211.634,64	2.489.621,46	2.995.354,45

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina (2005).

Tabela 11: Fonte de Receita do município de Barra Bonita

Barra Bonita	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
Receita Tributária (IPTU, ISS e outros)	17.132,88	11.004,32	24.136,75	40.543,40	60.667,00
Transferências correntes (ICMS, FPM)	3.014.861,11	3.078.040,87	3.019.603,35	3.314.655,39	3.009.800,97
Total	3.118.202,82	3.131.901,41	3.266.624,23	3.555.947,72	3.614.714,03

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina (2005).

a receita total de Barra Bonita aumentou nos últimos anos, mesmo em 2001, este município ter registrado um déficit orçamentário de R\$ 13.937,89. Acompanha-se nas tabelas abaixo, o repasse do FPM e do ICMS/IPI (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/Imposto sobre Produtos Industrializados) nos anos de 2003, 2004 e 2005. Os dados de 2005 referem-se aos valores repassados até o mês de outubro.

Os valores repassados para os municípios de Bandeirante e Barra Bonita, certamente, estimulam o desenvolvimento socioeconômico na perspectiva de que a emancipação atrai recursos que, em outros momentos, estavam distantes, ou não eram diretamente investidos naquele espaço.

É importante salientar que o poder público procura incentivar a instalação de indústrias de médio e grande porte nos municípios. Primeiro, porque são potenciais geradores de emprego e, segundo, porque aumentam, consideravelmente, a arrecadação de tributos municipais. Contudo, é relativa a forma como é investida a receita municipal para que ela gere qualidade de vida para a população e ofereça maiores incentivos para o espírito empreendedor como infraestrutura.

Ao analisar as despesas públicas declaradas ao Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, verificam-se valores curiosos em virtude da quantia em moeda corrente que uma prefeitura gasta para a manutenção de cargos de confiança e eletivos, vinculados, muitas vezes, a interesses políticos.

Nas tabelas 14, 15 e 16, comparam-se os gastos com pessoal e os investimentos em educação, agricultura, saúde e saneamento, assistência social e previdência.

A Tabela 14 demonstra que o gasto com o pagamento de pessoal é, em grande parte dos casos, equivalente ou até mesmo maior do que os investimentos em fatores essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos de Bandeirante. Nessa perspectiva, compreende-se porque o município de Bandeirante possui altos índices de concentração de renda. Em 2000, 69,38% da renda acumulada no município estava concentrada nas mãos de apenas 20% da população. Dentre esses, muitos estão vinculados ao funcionalismo público. Enquanto isso, naquele mesmo ano, 50,13% da população sobrevivia com uma renda mensal de R\$ 75,00, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 12: Repasse do Fundo de Participação dos Municípios

FPM	2003 (R\$)	2004 (R\$)	2005 (R\$)
Bandeirante	1.516.998,42	1.675.125,75	1.609.681,23
Barra Bonita	1.516.998,42	1.675.125,75	1.609.681,23
São Miguel do Oeste	4.609.108,05	4.891.789,69	4.529.554,97

Fonte: Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense – Ameosc (2005).

Tabela 13: Repasse de ICMS/IPI para os municípios de Bandeirante, Barra Bonita e São Miguel do Oeste

ICMS/IPI	2003 (R\$)	2004 (R\$)	2005 (R\$)
Bandeirante	692.957,51	793.816,97	758.639,67
Barra Bonita	643.824,61	734.361,71	687.910,90
São Miguel do Oeste	3.305.666,16	4.385.932,19	3.918.256,65

Fonte: Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense – Ameosc (2005).

Tabela 14: Quadro de investimentos em saúde, educação e cultura, agricultura, saúde e saneamento, assistência social e previdência do município de Bandeirante

Bandeirante	1998	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
Pessoal	431.806,37	556.046,12	641.292,40	739.742,43	845.282,66
Educação e Cultura	544.069,22	688.601,58	810.240,71	983.401,71	902.574,17
Agricultura	179.531,42	121.494,89	164.994,16	243.362,22	853.101,38
Saúde e Saneamento	110.358,74	151.660,24	294.600,00	278.535,27	-
Assistência social e previdência	33.455,19	37.511,20	55.751,41	69.081,21	-

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina (2005).

Tabela 15: Investimentos em saúde, educação e cultura, agricultura, saúde e saneamento, assistência social e previdência do município de Barra Bonita

Barra Bonita	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
Pessoal	1.144.348,42	1.136.158,69	1.066.236,35	1.154.733,96	1.194.482,58
Educação e Cultura	1.070.147,24	1.136.711,03	1.155.454,64	1.404.476,28	725.105,84
Agricultura	260.555,66	266.899,13	323.073,12	335.077,75	82.926,10
Saúde e Saneamento	253.424,08	254.675,68	233.689,02	311.912,95	115.773,68
Assistência social e previdência	53.007,12	54.396,37	177.365,86	136.433,00	50.489,96

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina (2005).

Tabela 16: Comparativo entre o FPM com os gastos com pagamento de pessoal dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita

Bandeirante	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
FPM	967.299,98	1.074.526,91	1.149.129,26	1.387.536,50	1.710.174,28
Gastos c/ pessoal	431.806,37	556.046,12	641.292,40	739.742,40	845.282,66
Barra Bonita	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)	2002 (R\$)
FPM	1.843.574,89	1.942.704,19	1.907.853,12	1.992.101,11	2.139.598,74
Gastos c/ pessoal	1.144.348,42	1.136.158,69	1.066.236,35	1.154.733,96	1.194.482,58

Fonte: Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina (2005).

Segundo dados do censo do IBGE (2000), 95,3% dos habitantes possuíam somente uma fossa rudimentar, 100% dos habitantes não possuíam coleta de lixo e 74,3% dos domicílios urbanos usufruíam água encanada.

Barra Bonita possui um gasto com pagamento de pessoal maior do que o município de Bandeirante. Todavia, em Barra Bonita, os indicadores sociais são mais satisfatórios do que em Bandeirante, pelo fato de existir maior investimento em aspectos sociais. No ano de 2000, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, os 20% mais ricos asseguravam 43,55% da riqueza de Barra Bonita.

Caso se fizesse uma comparação somente com o valor recebido pelos municípios do Fundo de Participação dos Municípios, percebe-se que grande quantia do valor repassado pela União é gasto no pagamento do funcionalismo público.

As tabelas demonstram a quantidade de gastos que os referidos municípios acumulam para o pagamento de pessoal. É evidente que ambas as prefeituras possuem um quadro de funcionários efetivos e temporários e que a remuneração destes deve ser justa. Contudo, ao comparar os gastos com investimentos sociais, percebe-se que a emancipação desses municípios formou um grupo social privilegiado, vinculado ao funcionalismo público, o qual representa a grande perspectiva de renda para inúmeros jovens que não querem trabalhar na agricultura e não encontram outra possibilidade de

emprego no município. Tornar-se um funcionário público parece ser a única alternativa para essas pessoas. Os recursos gastos com funcionalismo estão faltando em diversos setores da sociedade.

5 CONCLUSÃO

A emancipação dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita realmente trouxe melhorias para a população desses municípios. Os recursos remetidos pelos governos federal e estadual podem ser investidos aos habitantes, a fim de terem qualidade de vida, diferentemente de quando Bandeirante e Barra Bonita pertenciam ao município de São Miguel do Oeste. Quanto maior for o município, maior será seu orçamento para investimentos. Contudo, um município com muita extensão territorial, na maioria das vezes, possui dificuldades de distribuir eqüitativamente seus recursos.

No entanto, ressalta-se nesta análise que os pequenos municípios possuem muita dificuldade de realizar investimentos e, realmente, garantir qualidade de vida e perspectiva de futuro a seus habitantes. Isso porque a receita é quase que exclusiva e dependente de recursos federais e estaduais.

Em reportagem ao Diário Catarinense de 6 de março de 2005, o Secretário de Estado da Agricultura, Moacir Sopelsa, se diz favorável à criação de novos municípios, desde que tenham condições mínimas de se desenvolver.

As emancipações proporcionam melhor distribuição de renda e contribuem na qualidade de vida. Mas se é para o município depender apenas do ICMS e do FPM ele não vai conseguir progredir. (MUNICÍPIOS..., 2005, p. 6).

Por isso, a falta de infra-estrutura e os grandes gastos para a manutenção de um aparelho burocrático de cargos municipais tornam os investimentos e a perspectiva de desenvolvimento restrita.

O êxodo rural que tanto prejudica e enxuga os municípios é provocado pela falta de infra-estrutura. Além das dificuldades do financiamento agrícola, há pontos do Estado que sequer têm energia elétrica, estradas em boas condições e faltam opções de lazer. (MUNICÍPIOS..., 2005, p. 6).

Muitos aspectos precisam ser considerados para garantir o pleno desenvolvimento dos pequenos municípios de Bandeirante e Barra Bonita. Nisso, o poder público municipal exerce uma função importante, contudo, não deve ser o único impulsionador de iniciativas que visem à geração de renda. Por isso, a cultura da população residente nesses dois municípios é muito importante. Incentivar a criação de cooperativas solidárias que não estejam vinculadas com os anseios do mercado é fundamental.

O turismo rural, tantas vezes impulsionado, ainda não surtiu resultados efetivos. O Extremo-Oeste catarinense, de maneira geral, ainda não é uma rota turística efetiva. Contudo, o aspecto que pode ser muito aproveitado na região é a valorização cada vez maior da ruralidade.

Agricultura, indústria e comércio são setores econômicos. Já a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de

manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais. (ABRAMOVAY, 2003, p. 16).

A ruralidade pode ser um aspecto impulsionador do turismo para a região, o que incrementa a atividade agrícola, valoriza a riqueza do meio ambiente e estimula a criação de novas atividades profissionais para oferecer mais alternativas de trabalho e renda. Se o meio rural for apenas uma expressão limitada do que resta das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Ao contrário, as regiões rurais podem ter a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir, então, a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. Todavia, no estado de Santa Catarina, o turismo rural já é uma realidade, necessitando de mais investimentos para desenvolver-se em todas as regiões, especialmente no Extremo-Oeste.

Dados do Instituto Cepa/Epagri demonstram a procedência dos turistas que praticam o turismo rural em Santa Catarina. Grandes percentuais dos visitantes são procedentes do próprio município ou região do empreendimento turístico, e 21% do turismo rural se concentra na região Oeste do estado, 13% na região Norte, 27% no Vale do Itajaí, 6% na região Serrana, 8% na Grande Florianópolis e 25% no Sul do estado de Santa Catarina.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Por outro lado, o meio rural é encarado não como a simples sustentação geográfica de um setor (agricultura), mas como a base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. (ABRAMOVAY, 2003).

The socioeconomic development of the cities of Bandeirante and Barra Bonita

Abstract

By the contemporary debate about development we will analyze the social-economic development of the towns of Bandeirante and Barra Bonita in the extrem-west of Santa Catarina to verify if with the politic-administrative emancipation, these towns contemplate a sustainable development. Analyze the social-economic development through the historic ransom; verify the taxes collection; the spends with the public civil service; the income distribution; the panorama of the investments realized in infrastructure and also notice the towns development in the sustainable development context. Qualitative and quantitative research with analysis of the data obtained through the oral history testimonies, archives documents and data of governmental and ungovernmental institutions. The emancipation of towns of Bandeirante and Barra Bonita actually brought significative improvements to the quality of live of your habitants. Many resources were spent to keep the administration machine that is a problem to small towns that depends of extern resources and this way they are disabled to build a sustainable development. It is unlikely promote the emancipation of towns that have not got infrastructure, considerable population and a ample productive sector for the difficulty of generate resources to guarantie the quality of live. Bandeirante and Barra Bonita searches encourage the installation of tribute generator companies, but that in counterpart shows to the farmer the market instability promoting the income decrease, the rural exodus and the regional culture desintegration. So they have got difficulty in development themselves with sustainable with a little generation of financial resources, ample spends to keep the administration machine and supply the cultures and inveronments investiments.

Keywords: Development. Culture. Regionalism.

Nota

¹ Pesquisa de Iniciação Científica efetuada na Unoesc *Campus* de São Miguel do Oeste em 2005, vinculada ao Grupo de Pesquisa Espaço, Território e Memória Regional. Fonte financiadora: Artigo 170 e Fape-Unoesc.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2003.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

BROSE, Marcus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Ed.Unisc, 2000.

CUÉLLAR, Javier Perez de (Org.). **Nossa diversidade criadora**: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas, SP: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

LENZI, Cristino Luís. **O modelo catarinense de desenvolvimento**: uma idéia em mutação? Blumenau: Edifurb, 2000.

STRIEDER, Roque. **Produção agrícola integrada**: a emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclee, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE. **Consulta referente às receitas dos municípios**. 2005. Disponível em: <<http://www.ameosc.org.br/fecam.html>>. Acesso em: 25 out. 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 16 set. 2005.

IBGE. **Cidades**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 14 ago. 2005.

INSTITUTO CEPA/EPAGRI. **Santa Catarina**: população e produto interno bruto per capita. Disponível em: <<http://www.icepa.com.br/pib/tabela06.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Indicadores financeiros e sociais dos municípios de SC**. 2005. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 6 out. 2005.

OESTE: o vigor produtivo regional. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 ago. 2005. Caderno Especial.

BOVINOCULTURA de leite enfrenta crise. **Folha do Oeste**, São Miguel do Oeste, p. 7, 6 ago. 2005.

MUNICÍPIOS lutam contra a pobreza. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 6, 6 mar. 2005.

DIFICULDADES atingem áreas rurais. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 7, 6 mar. 2005.